

---

**DICIONÁRIO**

**(SOBRE A) PREGUIÇA.**

---

**SUZANA ALBORNOZ**

---

Departamento de Educação e  
Ciências do Comportamento  
Universidade Federal do Rio Grande  
(FURG)  
Campus Carreiros  
CEP 96201-900 Rio Grande - RS  
Brasil

---

**(ACERCA DE LA) PEREZA.**

---

**(À PROPOS DE LA) PARESSE.**

---

**(ABOUT) LAZINESS.**

Falar a sério sobre esse conceito – *preguiça* – requer abandonar preconceitos e limites rígidos, abrir a mente e lançar-se numa travessia no plano dos saberes e discursos, desde as antessalas da doutrina religiosa tradicional e da filosofia moral clássica, até sabe-se lá onde se há de chegar quando presos à realidade concreta, na observação da vida social presente.

Fato é que, na herança bíblica e cristã, presença tão forte ainda nesse tempo cosmopolita e multicultural, mesmo em nosso Brasil sincrético e miscigenado também no plano do espírito, a *preguiça* toma lugar de destaque entre os vícios. Para o senso comum ou a ideologia dominante, no plano dos valores e das normas, acomodada entre os sete pecados capitais, a *preguiça* não só é vista como defeito grave, mas é tida como “a mãe de todos os vícios”.

E se no universo católico, que deitou raiz na região sul da Europa à beira do mar Mediterrâneo, de onde nos vieram conquistadores e imigrantes, talvez por sobrevivências pagãs, parece ter havido espaço para valorizar o *dolce far niente* e a *siesta*, e, em tempos de mosteiros, o silêncio e a calma da casa de retiro hão de ter sido favoráveis para a reza e a contemplação, essenciais para o aperfeiçoamento interior, todavia, na época moderna, os reformadores do cristianismo, dos países mais ao Norte dos quais também nos chegaram imigração e influências ideológicas, passaram a dar um novo peso moral à atividade, à profissão e ao trabalho, como expressão de fidelidade, como virtude e, mesmo, como condição de salvação.

É bom lembrar que, na antiga Grécia dos primeiros filósofos, o ócio era mais valorizado do que o trabalho, carga atribuída aos escravos, e era do ócio que se esperava surgisse o pensamento, a capacidade de pensar e de julgar. O que os gregos concebiam como *skholé* provavelmente não era idêntico ao que hoje entendemos como ócio, lazer ou tempo livre, e não teria o constrangimento moral da *preguiça* proibida, pois parece ter sido prezado como condição importante para a aprendizagem e a criação, haja vista o que de *skholé* ainda sobra na palavra escola. Tal carga positiva do ócio segundo os gregos antigos nos chegou pela cultura latina e ibérica, e pode ser reivindicada como antídoto à mania do trabalho dos tempos modernos – aliás, mania proveitosa e útil, sobretudo, para os donos dos meios de produção e para os exploradores da mão de obra trabalhadora.

Nosso grande continente latino-americano e, nele, o modo de vida brasileiro e tropical, não se restringiu às influências culturais do Velho Mundo que acima referimos e, certamente, em nossa combinação de heranças, como bem expressava o *Macunaíma* de Mário de Andrade (1986), assimilamos outras substâncias do que recebemos pelo leite de nossas mães indígenas e africanas, de modo que os traços e costumes da cultura mais típica de nossas regiões suavizaram a culpa associada à *preguiça* pela doutrina protestante, e nos permitiram desfrutar mais do ócio em suas variações, conforme a latitude e a configuração de classe.

De todo modo, quando deslizamos do plano das normas, da história das referências tradicionais, religiosas ou filosóficas, para o

plano real concreto da vivência dos indivíduos em seus grupos e comunidades, povos ou nações, percebe-se clara insegurança e grande perplexidade, dada a dificuldade para manterem-se as compreensões habituais nesse início de milênio tão cheio de transformações, metamorfoseado pela globalização e pela migração intensa, e pela infinitamente potencializada comunicação através das novas tecnologias da cibernética e das redes digitais. Tais movimentos e mudanças tecnológicas atingem muito especialmente a questão do trabalho e do repouso, portanto, também o lugar dos valores da disciplina, da aplicação e da *preguiça*.

Nosso tempo tem sido chamado, talvez um pouco apressadamente, de *era pós-industrial*, no sentido de que hoje não é mais a maioria da população que vive em torno da produção industrial. A grande maioria se ocupa com serviços e muitos são deixados à margem do mundo da produção. No entanto, por toda parte continua-se a viver uma forte pressão pelo trabalho, pela afirmação humana através do trabalho, por meio da produção material ou “imaterial”, embora o nível da automação tenha alcançado um ponto que, a rigor, toda a humanidade habitante do planeta Terra poderia trabalhar menos e, mesmo, produzir menos.

A forma capitalista de organização econômica, pelos interesses próprios e pela propaganda com vista ao lucro, não favorece o reconhecimento de que já seria possível, enquanto humanidade, trabalhar e produzir menos. Continuamos a nos julgar pelo quanto produzimos, e caímos na armadilha de considerar negativamente, como de *preguiça* pecado, o repouso necessário para a manutenção da saúde, quem sabe mesmo, a liberação da atividade profissional depois de décadas de trabalho desgastante. O testemunho das pessoas com necessidades especiais ou deficiências, bem como dos idosos ou aposentados, além das crianças, nos convida a rever essa forma de julgar o valor dos indivíduos pela produtividade. Essa revisão de critérios será importante para olhar de modo mais compreensivo as verdadeiras multidões de jovens desempregados que o mundo da automação criou pelo mundo, mesmo nos países ricos e desenvolvidos.

O desejo do pleno emprego e a aceitação do trabalho e do repouso bem distribuídos – com lugar, de um lado, para a afirmação das personalidades por sua capacidade criativa, e, de outro, respeito ao repouso ou ao “direito à *preguiça*” para a saúde e a elevação da qualidade de vida –, obrigam a repensar hoje a questão da jornada de trabalho. Há muitas décadas que, em termos nacionais e internacionais, as leis trabalhistas não evoluem o quanto poderiam e não avançam efetivamente na conquista de maior tempo livre para os trabalhadores. Nas situações atuais de grande mudança, a rigor incontrolável e quase imprevisível, regras rígidas parecem fadadas ao fracasso, contudo, é preciso uma tomada de consciência e reflexão a esse respeito.

A redução da jornada de trabalho é uma bandeira que tem apoio em novas condições concretas objetivas e pode fazer-se valer. A conquista de um novo direito à *preguiça* como mais tempo livre para o repouso, para o cuidado de si e a restauração, mas também

como *ócio criativo* de que fala Domenico De Masi (2000) – para o estudo, a cultura, o lazer, a criação artística, o esporte, a viagem, a participação política – é uma meta possível que está diante das populações trabalhadoras do presente. Esse tempo livre além do trabalho, para a *preguiça* - não como vício, mas como condição para uma vida mais saudável e com sentido, é parte da utopia humanista do mundo melhor para os homens que trabalham e vivem do seu esforço e não da exploração da força de trabalho alheia. Resta como uma forma específica de utopia concreta a ser encarada com esperança e determinação.

Dado que a *preguiça*, ao longo dos milênios cristãos, do ponto de vista moral, tem sido considerada um pecado ou um vício, mas também pôde ser compreendida, em outras épocas, como ócio e oportunidade para o prazer, o pensamento e a criação, é possível ver que a valoração do “não fazer nada” está em aberto e depende do que usemos como tábua de valores e como instrumento de medida.

Por outro lado, a estrita sobrevivência da espécie humana, com as máquinas inteligentes de que dispomos e em constante aperfeiçoamento, hoje exige menos trabalho coletivo e menos produção, menos indústria e agressão à natureza. Ou seja, pela base material não há determinação de aumento do esforço produtivo e faz todo sentido pensar em abrir mais tempo livre para cada um dos habitantes do planeta. Tempo livre para a recuperação do esforço: para o convívio com a natureza, o gozo da saúde e o desenvolvimento através do esporte; para o desfrute das novas possibilidades de comunicação, transporte e turismo; para novas maneiras de vivenciar a arte e as obras e eventos da cultura; para a invenção de novos modos de convivência comunitária e participação na vida da cidade; para tudo o que dignifica e eleva a experiência humana, para além da simples sobrevivência e do trabalho produtivo.

Diante dessa revelação que poderia ser recebida como uma boa novidade histórica - de que não se necessitam tantos braços humanos para providenciar os alimentos e meios de sobrevivência da multidão -, por que a reação é antes de preocupação que de comemoração? Por que não se recebe com alegria a notícia de que há cidadãos sem trabalho que poderiam dedicar-se às boas coisas próprias do lazer, da cultura, do tempo livre? Por que preocupa tanto as administrações públicas que muitos jovens não tenham sido integrados no chamado mercado de trabalho? A educação procura responder a esse desafio, tentando manter por mais tempo as populações jovens em instituições de ensino, mas o impulso para a autonomia e à independência, em relação às famílias de origem, exigiria a renda própria, o que normalmente é procurado pela atividade profissional.

A compreensão dos dados, a interpretação das estatísticas de emprego e desemprego em nosso tempo não é simples. A imprensa costuma fazer um uso simplificado dos dados estatísticos que acaba se tornando instrumento ideológico, mas os dados de desemprego são difíceis de interpretar. Por exemplo, há algumas

décadas, toda uma parte importante da população, a das mulheres, era muitas vezes omitida, ou esquecida, nas estatísticas de emprego e desemprego, muito embora muitas já estivessem integradas no setor industrial como na agricultura e mesmo nas profissões liberais e serviços. Por isso é difícil comparar dados de desemprego das mulheres em épocas diferentes, pelo fato de que, há apenas pouco tempo, tratava-se de modo diferente a profissionalização feminina, sobretudo na idade mais produtiva que coincide com a da reprodutiva.

As novas análises e as buscas de solução para o problema do emprego e do desemprego no mundo contemporâneo, neste início de era pós-industrial, hão de considerar uma relação mais equilibrada entre esforço e repouso, entre aplicação produtiva e lazer. Primeiro, o desemprego não pode ser posto na conta da *preguiça* da população, ou interpretado como expressão de falta de vontade de trabalhar. Por um lado, pode haver inadequação, instalar-se uma defasagem entre o preparo e a exigência das novas realidades, constatando-se um despreparo para as novas atividades requeridas, mesmo para novas profissões que surgem como resultado das novas situações ligadas às novas tecnologias. Mas o problema principal reside na distribuição da renda, no como organizar-se o acesso à renda havendo menos emprego e menos necessidade de trabalho; por consequência, como garantir a todos, inclusive aos que não acessam ao emprego, os meios de acesso aos bens e serviços requeridos para a sua sobrevivência e vida digna e satisfatória.

É nesse ponto onde se encontram a realidade e o sonho humano de uma vida mais plena de realização e felicidade. E ali onde se unem a noção de *preguiça* e de ócio ou lazer, como o outro lado do trabalho humanizado, constitui-se uma *franja utópica*, para lembrar as expressões da filosofia da *utopia concreta* de Ernst Bloch (2005, 2006). Nessas margens não bem definidas do real concentram-se possibilidades, aberturas para o novo, promessas de futuro desejável e por realizar. O país imaginário onde o mel brota das árvores - a *Schlaraffenland* ou *País da Cocanha* medieval, a *Terra sem Males* do povo Guarani - pode existir pelo menos em parte. E sempre haverá de servir de inspiração e força para as novas gerações, na luta por melhor distribuição do esforço e do repouso, pela redução da jornada de trabalho e pelo direito à *preguiça* criadora.

---

## REFERÊNCIAS E INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Albornoz, S. (2006, 2ª ed.). *Ética e utopia. Ensaio sobre Ernst Bloch*. Porto Alegre/ Santa Cruz do Sul: Movimento/ Edunisc.
- Albornoz, S. (2011). *Trabalho e utopia na modernidade: de Thomas More a Paul Lafargue*. Porto Alegre/Nova Petrópolis: Movimento/Nova Harmonia.
- Andrade, M. de (1986, 22ªed.). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Bloch, E. (2005, 2006). *O Princípio Esperança (I, II, III)*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- De Masi, D. (2000). *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Lafargue, P. (1881/2005). *Le Droit à la paresse*. Paris: Allia.
- Poty, V., & Christidis, D. (2015). *Os Guarani Mbyá*. Porto Alegre: Wences Design Criativo.

---

## COMO REFERENCIAR ESTE ARTIGO?

Albornoz, S. (2016). (Sobre a) Preguiça. *Laboreal*, 12 (1), 112-115.  
<http://dx.doi.org/10.15667/laborealxii0116sa>